

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/05/2023 a 31/05/2023

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/21

64.2023	Sessão Ordinária - CD	03/05/2023-20:52
Publ.: DCD - 5/4/2023 -	Wilson Santiago-REPUBLICANOS -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização, pelos Governadores da Região Nordeste, de reunião para debate da reforma tributária, em João Pessoa, Estado da Paraíba.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última sexta-feira, João Pessoa, Capital da Paraíba, sediou a reunião dos Governadores do Nordeste. Lá foi discutida com todos os Governadores do Nordeste e com os Secretários dos respectivos Estados uma proposta de reforma tributária que atende a todo o Brasil, especialmente aos Estados mais pobres do Brasil, que estão encravados no Nordeste e no Norte.

Por essa razão, Sr. Presidente, registramos alguns pontos que são fundamentais que constem nos Anais desta Casa.

Solicitamos de V.Exa. o registro do que apresentamos sobre essa reunião.

Documento 2/21

68.2023	Sessão Ordinária - CD	09/05/2023-15:24
Publ.: DCD - 5/10/2023 - Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Falecimento do Deputado Federal David Miranda. Manifestação de votos de condolências aos seus familiares. Falta de rumo da economia brasileira. Não substituição do teto de gastos públicos pelo novo arcabouço fiscal. Defesa de rejeição da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, sobre a tributação da renda

auferida por pessoas físicas em aplicações financeiras e por entidades controladas e trusts no exterior; a alteração dos valores da tabela mensal do Imposto de Renda da Pessoa Física constante no art. 1º da Lei nº 11.482, de 2007; e a alteração dos valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 1995. Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, estendo minhas condolências à família do Deputado David Miranda. Estivemos juntos na CREDN e em outras Comissões. Apesar das diferenças ideológicas, era uma boa pessoa. Que Deus conforte a sua alma!

Presidente e demais colegas, eu estou notando que o Governo simplesmente não sabe o que está fazendo na questão econômica, não tem a mínima ideia. Rompeu o teto de gastos e, agora, não tem substituto. O arcabouço fiscal não substitui o teto de gastos, muito pelo contrário, garante aumento de receitas e de despesas, o que sinaliza mais inflação, mais juros. Ao mesmo tempo, quer fazer uma reforma tributária, que, para instabilidade geral do sistema econômico, é uma bomba atômica. Como calcular taxa interna de retorno que toda empresa está fazendo? Não temos visibilidade nenhuma.

As propostas do Governo sinalizam exatamente no sentido contrário: mais gasto, mais imposto e que de fato eles vão comandar o controle da moeda. A Medida Provisória nº 1.171 é de grande irresponsabilidade e é punitiva. O que ela vai fazer? Ela vai fazer com que os brasileiros que têm afluência, que podem investir, saiam correndo para tirar o dinheiro do Brasil, ou se removam, deixem de ser brasileiros para poder investir no mundo como outro cidadão qualquer, mas não como brasileiro. Estamos tirando do brasileiro a capacidade de investir no mundo. Nenhum brasileiro que investe hoje, além do mercado nacional, depois da MP 1.171, vai querer investir só no mercado local. E se ele atingir o nível de investidor, ele vai querer outra cidadania.

Então, a MP 1.171 é para expulsar quem de fato é investidor, quem gera ideias, quem dá liquidez ao mercado, quem dá o que se chama de mais transparência e capilaridade no mercado financeiro. Todo esse pessoal está pensando em pegar cidadania em Portugal. É irresponsável essa medida. Ela é revanchista, é contra um segmento do Brasil que é afluente, conquistou, fez, aconteceu e lida com o mercado e tem capacidade de investimento.

Essa medida tem que cair. Temos que rejeitá-la, assim como a ideia de arcabouço fiscal que só planeja gastos. Não é esse o caminho. Temos que rejeitar isso na íntegra. E temos que rejeitar essa proposta de reforma tributária, Presidente, porque ela vem exatamente no outro sentido: sentido de controle. Vamos lembrar que, assim como tivemos vontade de controle de tudo o que é opinião pública, através do PL da censura, temos vontade de controle de tudo o que é arrecadação. O Governo hoje arrecada 2 trilhões. Com a nova proposta

de reforma tributária que está vindo aí, eles querem comandar 4 trilhões. Estados e Municípios vão sair perdendo. Vão perder autonomia, vão ficar mendigando aqui em Brasília o seu quinhão, e o seu quinhão nunca vai estar de acordo.

É muito importante o que eu estou dizendo agora. Espero o apoio dos colegas.

Obrigado, Presidente, pelo tempo.

Documento 3/21

68.2023	Sessão Ordinária - CD	09/05/2023-21:04
Publ.: DCD - 5/10/2023 -	Zé Neto-PT -BA	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação das propostas governamentais referentes à reforma tributária e ao novo arcabouço fiscal.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje foi um dia corrido em Brasília. Ao meio-dia, estivemos na Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo com o nosso querido amigo Deputado Claudio Cajado, do PP, Relator do arcabouço fiscal, que fez uma exposição por demais importante.

Eu diria que é muito organizado o processo que nós queremos construir aqui no Brasil, na medida em que escolhemos para um projeto de governo um Deputado do PP que tem condições de fazer essa intermediação entre os setores mais progressistas e os setores mais conservadores. Por quê? Porque o arcabouço fiscal não é uma medida de governo, Sr. Presidente, é uma medida de Estado.

Eu não vejo outro caminho para o Brasil nesta fase em que vive o mundo, principalmente no que diz respeito à velocidade com que as coisas acontecem tanto no âmbito fiscal como no tributário. Com o mundo nesse processo evolutivo rápido, precisamos encaixar o Brasil nesse contexto. E é com a reforma tributária e com o arcabouço fiscal que nós vamos possibilitar ao Estado brasileiro, e não ao Governo apenas, fazer esse encaixe.

A exposição do Deputado Cajado foi muito, muito produtiva. Por mais de 1 hora e meia, ele tanto falou como ouviu os Parlamentares da Frente do Empreendedorismo, na qual eu faço parte da Coordenação-Geral — sou o 1º

Secretário. Essa é uma tarefa que, ao mesmo tempo que é árdua, é também extremamente gratificante para o Parlamento brasileiro.

O Parlamento brasileiro tem a obrigação de construir tanto o arcabouço fiscal, com consciência e com o pé no chão, como também a reforma tributária. Essa é uma decisão de Estado, uma decisão que precisa ser tomada. O Brasil não pode viver com seu mercado interno com tanta dificuldade. Não podemos mais admitir que os juros estejam como estão; não há no mundo nada parecido. Precisamos aprimorar nossas ferramentas tanto fiscais como tributárias, e hoje foi um dia importante quanto a isso.

Daqui até o mês de junho, que possamos tanto encaminhar o arcabouço fiscal como também aprimorar o texto da reforma tributária, entregando ao povo brasileiro, ao País, ao setor produtivo, essas ferramentas que são fundamentais para encaixar e melhorar o nosso desenvolvimento.

Documento 4/21

70.2023	Sessão Ordinária - CD	10/05/2023-19:56
Publ.: DCD - 5/11/2023 -	Silas Câmara-REPUBLICANOS -AM	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Repúdio à matéria Banco Mundial critica incentivos à Zona Franca de Manaus, publicada pelo jornal Folha de S.Paulo. Necessidade da realização de investimentos federais no Estado do Amazonas. Papel exercido pelo Polo Industrial de Manaus no processo de desenvolvimento econômico da região amazônica. Maior atenção com os amazônidas no processo de reforma fiscal.

O SR. SILAS CÂMARA (Bloco/REPUBLICANOS - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em tempos de reforma fiscal, as inquietações no País e os urubus que querem danificar a carcaça daqueles que são menos protegidos pela União e pela sociedade estão aí com as suas unhas aguçadas.

A Folha de S.Paulo publica matéria intitulada Banco Mundial critica incentivos à Zona Franca de Manaus. Essa não é a primeira matéria nesse tempo de discussão de reforma fiscal. Quase todo dia, quase toda semana, há uma pérola sobre esse tema.

Quem é o Amazonas ou o que é o Amazonas para o Brasil? O Estado do Amazonas tem mais de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, mais de 4,5 milhões de habitantes e 93% do seu território preservado, com árvore em pé, na

linguagem internacional do conceito de preservação ambiental.

Todas as operações da Polícia Federal, do IBAMA e dos demais órgãos ligados ao meio ambiente estão sempre lá na Região Norte, lá no Amazonas, não estão em nenhuma das outras Regiões do Brasil, em que pese essa informação que eu vou passar agora para V.Exas. Olhem como funciona a lei de incentivo fiscal no Brasil: SIMPLES Nacional, 74 bilhões de reais; rendimentos isentos não tributáveis, 33 bilhões de reais; agricultura e agronegócio, 32 bilhões de reais; entidades sem fins lucrativos, 29 bilhões de reais; Zona Franca de Manaus, 24 bilhões de reais.

Os outros números são muito interessantes e é bom que possamos colocar aqui, para que os colegas Deputados Federais e Deputadas Federais tenham uma ideia. Enquanto os nossos incentivos fiscais sejam, na verdade, incentivos de extrafiscalidade, essa é uma estratégia de equilíbrio para o desenvolvimento socioeconômico da Região. Ou seja, a União põe mas, em compensação, cobra que o Estado do Amazonas mantenha 93% do seu território preservado. E, com esse capital, anda o planeta dizendo que quer preservar o meio ambiente.

O que a população tem de volta? A perseguição. Nós éramos o Estado do madeireiro e do extrativismo mineral domiciliar, nós éramos o Estado da economia informal, da agricultura familiar e da pesca livre. Hoje nós somos o Estado da pesca de 8 meses, com 4 meses de defeso, somos o Estado onde não pode se derrubar uma árvore, somos o Estado onde nenhum extrativista mineral domiciliar pode descer o Rio Madeira para sustentar a sua família, numa região onde 60% dependem da economia do extrativismo mineral domiciliar.

Então, hoje, Sr. Presidente, vem essa pérola da fala do Banco Mundial num relatório esdrúxulo, incompetente, mal elaborado e, com todo o respeito, mal intencionado, para prejudicar o debate sobre a Zona Franca de Manaus.

Colegas, prestem atenção ao que eu vou dizer a V.Exas. O Governo brasileiro coloca 24 bilhões de reais, mas esse valor não é colocado antecipadamente. O empresário, para poder ter benefício fiscal no Amazonas, investe na construção, investe na mão de obra, investe na produção. E é quando ele vai vender o produto já todo concluído, gerando mais de 600 mil empregos direta e indiretamente, no Amazonas, que vai poder ter algum benefício fiscal, que é dado pela localização geográfica da Região. Ou o Brasil não lembra que nós não temos estradas? A BR-319 não interliga o Amazonas ao Brasil e ao planeta porque não deixam, o meio ambiente não deixa a estrada ser licenciada. Ou o Brasil não lembra que o Amazonas, com suas hidrovias, está completamente prejudicado por falta de investimento e desassoreamento dos rios?

O nosso Estado precisa ser entendido pelo povo brasileiro. A Zona Franca de Manaus faturou no último ano 174 bilhões de reais. Desses 174 bilhões, foram devolvidos, por meio de impostos, para o Governo Federal 22 bilhões de reais. O Governo coloca 24 bilhões e recebe 22 bilhões. Há geração de 600 mil

empregos e manutenção do meio ambiente. E vai lá fora fazer onda com o meio ambiente à custa do povo do Amazonas? Isso é um absurdo.

Nós precisamos, como Casa Legislativa, fazer um ajuste fino numa reforma fiscal que respeite o ser humano, que respeite o homem e a mulher que moram no meio da floresta, que pagam um preço altíssimo para sustentar a sua família com aquilo que sobra, já que a Zona Franca de Manaus tornou Manaus uma Capital Estado, porque ficam na cidade de Manaus 3 bilhões de reais em impostos. No Estado, mais 28 bilhões; para o Governo Federal vão mais 22 bilhões. É o que produz educação, saúde, integração, respeito, socorro à população que está naquela região, mantendo tudo aquilo funcionando, com respeito ao meio ambiente.

Meus amigos, uso a tribuna, primeiro, para reagir veementemente contra as matérias que tentam manchar a Zona Franca de Manaus como um modelo que dá prejuízo. A Zona Franca de Manaus é dignidade para o povo; a Zona Franca de Manaus é floresta em pé; a Zona Franca de Manaus é o meio ambiente sendo levado aos quatro cantos do País. O Governo brasileiro pode olhar com a cabeça erguida ou então levar puxão de orelha quando se derruba mais mata, quando se põe mais fogo na floresta. A Zona Franca de Manaus não é entendida e nem vista como algo importante e estratégico para a região. Se a Zona Franca de Manaus acabar, acaba a floresta.

Quando renovaram por mais 30 anos, 50 anos, eu disse que deveria ser renovada na Constituição Federal definitivamente. Ou existe prazo de validade para a floresta ficar em pé? Esta é a realidade, companheiros, esta é a realidade, amigos. Existe um povo que mora naquele Estado, que precisa ser entendido como um povo que paga um preço para que o Brasil, para que o planeta tenha esperança de não se acabar com uma temperatura elevada por conta de destruição do meio ambiente.

Uso esta tribuna, portanto, Sr. Presidente, para rechaçar veementemente esse ensaio nacional de querer desmoralizar a Zona Franca de Manaus. Peço aos companheiros que, assim como fez o grupo de trabalho, conheçam a Zona Franca de Manaus. São mais de 500 indústrias que funcionam de forma limpa, sustentável, gerando emprego, renda, dando dignidade para o povo brasileiro e para o povo da Amazônia, porque a Zona Franca de Manaus é também a Amazônia Ocidental: Amapá, Rondônia, Roraima, Amazonas, Acre. Aquela região tem necessidade de sustentabilidade, não pode ficar à mercê da indústria do contracheque, como o povo internacional quer, para sermos escravizados pelo sentimento deles, de um meio ambiente que eles não souberam manter.

Por isso, Sr. Presidente, peço que seja registrado pelos órgãos de comunicação da Casa o meu discurso veemente, certo de que esta Casa vai entender no momento adequado a importância da Zona Franca de Manaus, que é o único modelo de desenvolvimento que dá certo neste País, gerando divisas internacionais, benefícios ambientais e desenvolvimento social.

Documento 5/21

71.2023	Sessão Ordinária - CD	11/05/2023-13:12
Publ.: DCD - 5/12/2023 -	Newton Cardoso Jr-MDB -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Visita do grupo de trabalho da reforma tributária à sede da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, na França. Palestra sobre o impacto da reforma tributária, proferida pelo orador no Congresso Mineiro de Municípios, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Discussão do cash back social, devolução de imposto à população carente. Relato da visita do orador ao Município de Nova Módicas. Homenagem às mães brasileiras.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/MDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, ilustre Deputado Pompeo de Mattos.

Quero cumprimentar todos os colegas Parlamentares neste início de tarde.

Presidente, gentilmente, quero pedir que esta fala esteja nos Anais desta Casa para conhecimento de toda a população brasileira do que aqui trataremos.

Ao cumprimentar a população brasileira, especialmente a população mineira, trago aqui, inicialmente, um relato da visita que o grupo de trabalho que trata da reforma tributária, no âmbito da tributação do consumo, fez à sede da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico — OCDE, na França, na última semana.

Impressiona-nos, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o reconhecimento da importância do Brasil para aquela entidade e para a economia global. Lá tivemos acesso a uma relevante informação, que já é de conhecimento popular, mas que não está no dia a dia do Brasil, ou seja, a visão de que a nossa carga tributária já é uma carga tributária um ou dois pontos percentuais abaixo da média praticada pelos países que compõem a OCDE, o que mostra a importância da discussão neste momento no País da reforma tributária. É inaceitável que tenhamos uma reforma que aumente tributo, que aumente imposto para o povo brasileiro! Isso não vai acontecer porque esta Casa não vai deixar!

Da mesma forma, uma informação importante é que os gastos públicos brasileiros e também os gastos na educação *per capita* já são equivalentes à média praticada pelos países que compõem a OCDE. Mostra, Sr. Presidente,

senhoras e senhores, que nós precisamos investir cada vez mais na qualidade do gasto para promover ganhos de produtividade não só na nossa força de trabalho, mas também para promover um gasto público mais adequado e que promova o verdadeiro bem-estar social para a nossa Nação.

Presidente, peço a gentileza de um tempo mais adequado para concluir esta fala. Quero reiterar os pontos que tratamos não apenas na OCDE, mas também durante palestra que tive a oportunidade de ministrar durante o Congresso Mineiro de Municípios, na Expominas, em Belo Horizonte, na última terça-feira, em que pudemos mostrar para os Municípios mineiros, para Prefeitos, Vereadores e Vice-Prefeitos, quanto o impacto da reforma tributária, que muda a destinação da cobrança da origem para o destino, irá promover o desenvolvimento e o crescimento dos Municípios mineiros, quicá todos os Municípios brasileiros. Os menores Municípios terão a sua base de arrecadação ampliada e, com isso, promoverão melhor distribuição de renda e maior investimento público onde o povo mora, onde a população brasileira reside.

É nesse sentido, Sr. Presidente, que trazemos também a discussão da importância do *cash back* popular, do *cash back* social, que é a devolução do imposto para a população mais necessitada. É uma solução que já tem tecnologia suficiente, no âmbito do nosso sistema tributário, para adotar uma devolução *on-line*, em tempo real, que promova rápida adesão de um programa social efetivo para o nosso País, nos moldes do Bolsa Família que já existe.

E essa proteção social virá também com a proteção que iremos dar ao agronegócio, à agricultura, ao produtor rural brasileiro, que terá tratamento diferenciado na reforma dos tributos sobre o consumo do nosso País. Não podemos, Sr. Presidente, aumentar o preço dos alimentos na nossa Nação. Não podemos permitir que o povo pague mais caro pela essencialidade da sua comida que coloca na mesa.

Presidente, quero ainda relatar aqui a nossa visita este final de semana ao Município de Nova Módica, onde iremos, juntamente com o Prefeito Walter Júnior, o Vice-Prefeito Jésus Inácio e todo o corpo de Vereadores, na ilustre Câmara Municipal participar de diversas entregas, diversas obras de emendas parlamentares destinadas por nós ao Município. Faremos também o anúncio da recuperação da MG-311, que liga a BR-116 a Nova Módica, passando por Pescador e indo ao Município de São José do Divino, importante ligação que traz dignidade para aquela população.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma homenagem especial a todas as mães brasileiras, cujo dia será comemorado nesse próximo domingo. A minha querida mãe que já passou por esta Casa como Deputada Federal, hoje nossa Prefeita de Pitangui, deixo o meu fraterno e carinhoso beijo no seu coração. Mas quero especialmente homenagear uma grande mãe, a minha querida esposa, mãe dos meus quatro filhos: Ana Paula, que faz do sentido de mãe o verdadeiro sentido da vida.

Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos nós.

Documento 6/21

71.2023	Sessão Ordinária - CD	11/05/2023-13:28
Publ.: DCD - 5/12/2023 -	Fernando Rodolfo-PL -PE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Maior cautela dos Parlamentares na apreciação da proposta governamental relativa ao novo arcabouço fiscal. Realização da reforma tributária.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Brasil tem ouvido falar muito nas últimas semanas do chamado arcabouço fiscal. Mas, na verdade, o que é o arcabouço segundo o dicionário? É um esqueleto.

Essa história de arcabouço fiscal é uma invenção do PT, uma grande gambiarra fiscal para ofuscar o que, de fato, precisa ser discutido aqui neste Parlamento, que é uma grande e estruturante reforma tributária.

Nós só vamos conseguir atingir o equilíbrio fiscal com uma grande reforma tributária, que distribua responsabilidades, de modo a fazer com que quem ganha mais pague mais e quem ganha menos pague menos.

Não podemos admitir que o arcabouço fiscal ocupe o espaço deste debate. A reforma tributária vai fazer com que todos paguem e acabar com essa lógica da cobrança excessiva para uns e da ausência de cobrança de impostos para outros. Só assim nós vamos reconquistar a credibilidade do País.

E digo da credibilidade fora, mas sobretudo aqui dentro, porque nós vivemos uma grande crise de confiança, justamente em função desse desequilíbrio fiscal que é a nossa economia.

Poucos países no mundo conseguiram evoluir com reformas estruturantes. Aqui no Brasil, nós tivemos alguns avanços. Por isso mesmo, precisamos ter muita cautela na hora de votar esse arcabouço fiscal, para evitar que amanhã tenhamos que desfazer o que estamos fazendo hoje.

O Brasil precisa de solução estruturante. O Brasil não precisa de uma

gambiarra fiscal, que é essa proposta do PT. Por isso, ela precisa ser muito bem discutida, muito bem avaliada.

Para onde o arcabouço fiscal proposto pelo Governo do PT quer nos levar? Quais são os caminhos que o Brasil vai trilhar nesse arcabouço fiscal? As responsabilidades serão distribuídas? Haverá, de fato, o equilíbrio fiscal de que nós tanto precisamos? Essas perguntas ainda não têm resposta.

Por isso, peço, Sr. Presidente, o registro do nosso pronunciamento aqui no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 7/21

78.2023	Sessão Ordinária - CD	18/05/2023-11:36
Publ.: DCD - 5/19/2023 -	Chico Alencar-PSOL -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apresentação pelo PSOL e pela REDE de emendas ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, sobre a instituição do regime fiscal sustentável para garantia da estabilidade macroeconômica do País; e a criação de condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022, (novo arcabouço fiscal). Urgente necessidade de realização da reforma tributária e de implementação da nova política de preços da PETROBRAS. Nomeação de novos gestores para o Arquivo Nacional e para o Serviço Geológico do Brasil.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, peço desde já que este pronunciamento seja divulgado pelas redes de comunicação da Câmara.

A bancada da Federação PSOL REDE não é movida nem limitada a cargos e emendas parlamentares. Nós fazemos a boa política numa outra dimensão. Portanto, entendemos que é inteiramente absurda esta orientação que lemos nos jornais, a de que os Parlamentares da base do Governo não podem apresentar emendas ao mal chamado arcabouço fiscal. O papel do legislador é legislar, é emendar, é apoiar, é criticar, é aprimorar, é rejeitar. Não vamos limitar os nossos mandatos ao que o Governo que apoiamos possa vir a desejar. Para nós, essa orientação sequer chegou a ser dada. Mas parece que há um epíteto aqui que se compara à força papal no mundo: *Cajado locuta, causa soluta*. E o Relator Claudio Cajado, do PP da Bahia, piorou muito, na nossa visão, o

projeto do arcabouço fiscal.

Eu vejo alguns queridos companheiros do PT e da base dizerem com razão que os Governos Lula 1 e 2 foram muito eficazes nos programas sociais e no enfrentamento da miséria. É claro que esperávamos já naquela época reformas estruturais até mais profundas, mas, ainda assim, reconhecemos os ganhos sociais — o Brasil saiu do Mapa da Fome. Não havia teto de gastos, não havia arcabouço. Havia ossatura, nervo e vida sobretudo da sensibilidade social.

Então, comunico aqui que as bancadas do PSOL e da REDE apresentaram 10 emendas à consideração do Relator. Elas versam sobretudo sobre as amarras fiscais. Nós queremos retirar dessas amarras limitadoras as universidades e os institutos federais de ensino, que precisam ter continuados e crescentes investimentos. Isso é básico, é estratégico para o futuro do País. Retiramos o FUNDEB por óbvio. Houve tanta batalha aqui nesta Câmara para melhorar o FUNDEB, para ele ter força constitucional perene e recursos! O Bolsa Família, que, agora, o Governo anuncia — e isso é muito positivo — que teve o melhor reajuste de toda a sua história, vai ficar amarrado e limitado? O piso da enfermagem foi uma luta longa. Eu, em mandatos pretéritos, participei dessa discussão. A nossa bancada, na última legislatura, esteve empenhadíssima também, houve maioria, e o Governo afinal viabilizou, mas esse piso está limitado também. O próprio reajuste do salário mínimo, que tem que ser real e efetivo, começou a acontecer agora, mas ainda de maneira muito tímida. Queremos que o superávit que os governos fazem se torne investimentos públicos para as obras de infraestrutura e para a retomada de obras esquecidas e paralisadas. Queremos a flexibilização desses parâmetros.

Nossas emendas têm que ser debatidas aqui, e nós vamos ver quais são os argumentos inclusive daqueles que acham que o relatório Cajado não foi um cajado, uma cajadada suficientemente forte no arrocho fiscal.

Para nós, urgente mesmo é a reforma tributária. Urgente é uma nova política de preços da PETROBRAS, que afinal foi anunciada anteontem, mas que alguns postos de gasolina traíras e safados estão desconsiderando. Aqui, em Brasília, anteontem, alguns postos aumentaram o preço para poderem depois dizer que os estão diminuindo, de acordo com a decisão do Governo, o que é uma mentira. Há muita gente desonesta neste País e não só nas instâncias decisórias da nossa República, no Parlamento. Ali na base há um espírito de ganância, que é muito nocivo.

Portanto, nós queremos debater esse arcabouço. Entendemos que não deve existir teto, e sim responsabilidade social combinada com a fiscal, que governos sérios — menciono também os estaduais — sabem fazer, que parlamentos sérios que legislam sabem fiscalizar.

Enfim, espírito público, é disso que se trata, e não de arrocho, e não de diminuição do que é essencial. O papel do Estado é amparar as maiorias

desvalidas deste País.

No finalzinho que me resta, Sr. Presidente, quero dizer que estamos muito preocupados com certa continuidade de má política no marco do Arquivo Nacional. Gestores antigos repudiados, vindos do Governo anterior, que na verdade desenvolviam uma política muito negativa, continuam lá — isso é muito ruim — e também no Serviço Geológico do Brasil. No CPRM há demanda dos trabalhadores para que haja renovação na direção, ouvindo os trabalhadores, os servidores, os funcionários. Isso vale para o CPRM e para o Arquivo Nacional.

Continuismo regressista não!

Obrigado, Presidente.

Documento 8/21

008.1.57.N	Sessão Extraordinária - CN	22/05/2023-15:24
Publ.: DCN - 5/23/2023 -	DOMINGOS SÁVIO-PSDB -MG	
CONGRESSO NACIONAL	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Promoção do Dia Livre de Impostos. Discussão da proposta de reforma tributária.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Uma boa tarde a todos e a todas.

Meu amigo Presidente desta sessão, também colega Presidente da Frente do Comércio e Serviços do Senado, prezado amigo, ilustre Senador Efraim Filho.

Igualmente, cumprimento o Senador que nos honrou com a sua palavra, Alan Rick, e cumprimento, na pessoa do meu conterrâneo mineiro, César, todos os líderes, todas as lideranças do setor de comércio - ele, o Presidente da nossa Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas.

Cumprimento o nosso jovem Raphael Paganini, representando esse movimento brilhante e, de um modo muito especial, a Lúcia Fassarela, que aqui representa todas as empreendedoras deste Brasil.

Da mesma forma, meus cumprimentos ao colega Marcel Van Hattem. Marcel é um guerreiro, também, na defesa do empreendedorismo.

Meus senhores e minhas senhoras, eu quero homenagear a iniciativa dos jovens dirigentes lojistas da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e manifestar a nossa indignação com a forma como se trata o empreendedor, os guerreiros e guerreiras com a estrutura, ainda injusta, tributária do Brasil.

Nós queremos, como disse o nosso Senador Efraim, poder comemorar um dia de impostos justos, mas esse dia ainda não chegou. Nós temos que comemorar a iniciativa e a coragem de vocês e dos milhares de lojistas, de comerciantes, de cidadãos e cidadãs do Brasil que, ainda nesta semana, estarão mostrando para o Brasil inteiro o peso da carga tributária, que, muitas das vezes, passa de 50% do valor do produto adquirido. Sacrifica o consumidor, sacrifica o empreendedor e não soluciona os problemas do Brasil, agrava os problemas do nosso país!

Por isso, sem dúvida, é preciso uma reforma tributária e uma reforma tributária que seja justa, não a que pressentimos que alguns querem, nivelando por cima, aumentando carga de impostos! Nós estamos atentos a isso na Frente do Comércio e Serviços.

O Brasil sofre, desde a sua origem, há mais de 200 anos, há 234 anos! Em 1789, o mineiro e alguns outros brasileiros já levantavam sua voz contra a Coroa e, naquela época, por causa de 20%, o quinto da Coroa portuguesa. A derrama, que era a forma autoritária e agressiva de se cobrar impostos penhorando e prendendo, parece que ainda está na mente de alguns.

O que vivemos, neste momento, requer de todos nós a capacidade de sensibilizar o Brasil! Essa iniciativa do Dia Livre de Impostos precisa de ecoar nos quatro cantos. Por isso, esta sessão solene, por isso! Para dizer que isso é sério! Para dizer que não só estamos pagando impostos demais como não estamos sendo respeitados - quem empreende.

Eu me sinto muito à vontade para abrir o peito e defender o empreendedor! Olhem, não me venham com essa de que quem está defendendo o empreendedor não se preocupa com o trabalhador. Isso é um engodo! O trabalhador e o empreendedor são elos da mesma corrente. O colaborador e o seu empregador sofrem as mesmas agruras e, muitas das vezes, o empregador se sacrifica, para garantir a folha de pagamento em dia, no final do mês, é como se fosse um pai de muitas famílias.

Eu fui emancipado aos 16 anos, para abrir uma pequena microempresa com o meu irmão mais velho. Aprendi, desde cedo, a responsabilidade de quem empreende. Depois, fui dirigir negócios maiores, uma grande cooperativa agropecuária, uma cooperativa de crédito, e aprendi a responsabilidade dos empreendedores. Por isso, eu admiro esses homens e mulheres que fazem a riqueza do Brasil.

Os números são claros: 73% da riqueza que gira neste Brasil, do Produto Interno Bruto, é do comércio e do serviço e, conseqüentemente, a maior

parcela de empregos gerados. E como somos tratados? Recentemente, o STF tomou uma decisão segundo a qual medida transitada em julgado pode ser revogada e cobrar retroativo. Agora, há poucos dias, uma Corte decidiu que aquele empreendedor que não sonegou, que declarou o imposto, que assumiu, fazendo todas as suas obrigações complementares, mas não deu conta de pagar no dia, porque ele pagou aos trabalhadores, ele pagou aos fornecedores, muito do que ele vendeu ainda nem recebeu... decretou que ele pode ser preso. Pode ser preso mesmo tendo declarado o imposto, por apropriação indébita, como se ele estivesse saqueando os cofres públicos. Isto é um absurdo total! Nós temos que reagir a isso. E a reforma tributária, que está batendo às nossas portas, tem que ouvir a nossa voz, para não aceitarmos que queiram nos impor uma carga tributária ainda maior. O comércio está em todos os cinco mil quinhentos e tantos municípios. Os serviços também. A construção civil comercializa e edifica com os serviços. A área da saúde, a área da educação, a área do transporte... E tudo com uma carga tributária pesada, e ainda tem louco que queira falar em 25% em cima de serviços. Isto é inaceitável! Querem tratar a cesta básica com tributação cheia! Alimentos! Isto é inaceitável!

Então, nós temos que botar uma lupa sobre essa reforma tributária. Que ela venha, sim, porque ela é necessária para simplificar os impostos, para fazer justiça fiscal, mas que não seja uma forma de tentar nos impor mais impostos.

Concluo, Presidente, dizendo que esta será uma semana decisiva para nós. Já vamos votar o arcabouço fiscal. Entendo que temos que votar. Votei, inclusive, a favor da urgência, porque acho que o Brasil não pode ficar sem uma legislação que deixe claro que temos responsabilidade fiscal, mas o texto que estão nos apresentando retira R\$200 bilhões de despesa do cálculo, como se você pudesse fechar o balanço da sua empresa e dizer "olha, eu vou fechar este mês, mas eu não vou lançar 20% das minhas despesas para eu dizer que meu balanço fechou positivo". Ora, é para chamar a gente de ignorante.

Então, não é razoável que queiram fazer um engodo de equilíbrio fiscal, porque isso não vai gerar confiança no mercado, não baixa os juros, e nós precisamos que baixem os juros. Precisamos ter responsabilidade na gestão pública e precisamos fazer, sim, uma reforma administrativa e diminuir a despesa do setor público, que é muito exagerada e acaba sendo colocada nas costas de todos os brasileiros, dos empreendedores.

Contem conosco, com a Frente do Comércio e Serviços, para a gente dizer que tem orgulho de defender quem empreende, quem tem coragem de assinar uma carteira, quem tem coragem de abrir um negócio num país em que se cobra tanto imposto e em que se cria tanta dificuldade para o empreendedor.

Parabéns a todos vocês! (*Palmas.*)

Publ.: DCN - 5/23/2023 - JOSÉ CÉSAR DA COSTA--

CONGRESSO NACIONAL

HOMENAGEM

HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Promoção do Dia Livre de Impostos. Discussão da proposta de reforma tributária.

O SR. JOSÉ CÉSAR DA COSTA (Para discursar. Sem revisão do orador.) -
Boa tarde a todos!

É com muita satisfação que cumprimento todos os presentes nesta mesa de honra. Quero cumprimentar primeiro o nosso Presidente da Frente Parlamentar do Senado, Senador Efraim Filho; quero cumprimentar também, de maneira afetuosa, o Presidente da Frente Parlamentar de Comércio e Serviços na Câmara dos Deputados, Deputado Domingos Sávio, e o Vice-Presidente da FCS na Região Norte, Senador Alan Rick, todos proponentes desta sessão solene. Também quero cumprimentar o Deputado Marcel van Hattem, que também compõe a mesa de honra, e cumprimentar o nosso Coordenador Nacional da CDL Jovem, Raphael Paganini, que tem a missão de coordenar a realização do Dia Livre de Impostos em todo o país, com o apoio dos coordenadores estaduais da CDL Jovem e líderes do Sistema CNDL. Gostaria também, Raphael, na sua pessoa, de cumprimentar a todos os coordenadores e coordenadores estaduais que estão hoje acompanhando esta sessão. Cumprimento também a todos os presidentes de CDLs, de federações; a Lucia Fassarella também, que compõe a nossa mesa; enfim, a todos hoje que estão nos prestigiando nesta sessão solene. E, mais uma vez, também não poderia deixar de cumprimentar aqui os nossos presidentes, que estão aqui nos prestigiando, de todo o Brasil: de forma especial, ao David Pintor, Presidente da Federação de Mato Grosso; ao Frank Sinatra, nosso Presidente lá de Minas Gerais; ao Samoel de Mattos, Presidente da FCDL do Paraná; ao Wagner, do Distrito Federal - obrigado, Wagner -; ao Celio Fernandes, de Cuiabá; ao também Presidente Luiz Filipe, lá de Pouso Alegre; ao Zé Barboza, de Betim, nosso diretor; enfim, a todos que estão hoje conosco neste momento solene.

Meus amigos, senhoras e senhores, é com muita satisfação e orgulho que estou aqui hoje representando as 27 federações do Sistema CNDL, as 2 mil CDLs, a CDL Jovem, o SPC Brasil e o 1,4 milhão de empresas presentes em todo o Brasil, que juntos formamos o Sistema CNDL, principal representante do varejo do Brasil. Que orgulho! Digo orgulho porque há quatro anos estávamos aqui, nesta Casa, neste mesmo Plenário, celebrando o Dia Livre de Impostos, esta ação, Deputado Domingos Sávio, que nós já promovemos há 17 anos, a maior campanha nacional de esclarecimento sobre o impacto dos impostos nos bens de consumo na vida do cidadão. Hoje, voltamos a esta Casa, e, desta vez, em momento especial, quando o Parlamento debate a tão esperada reforma tributária, uma iniciativa que carrega esperança num sistema de arrecadação justo, eficiente e que sirva de base para o aumento da competitividade, da

produtividade e da redução das enormes diferenças sociais que separam o Brasil do mundo civilizado. Entendemos que esse debate histórico não pode ser iniciado sem que todos os atores que compõem o intrincado sistema tributário brasileiro sejam ouvidos na sua totalidade.

E aqui chamo atenção para o setor que mais gera emprego, gera renda e contribui para o Produto Interno Bruto: o setor de comércio e serviços. É importante deixar claro que qualquer projeto que altere a estrutura tributária brasileira deve passar necessariamente por esse setor, que é responsável por 70% do PIB, 56% de todos os postos de trabalho do Brasil e que, na prática, é o mais afetado pela altíssima carga tributária do país, uma vez que a base de arrecadação brasileira é a do consumo. Chamo atenção para esses dados, porque é justamente esse setor, que merece atenção especial dos nossos Parlamentares, que vem correndo risco de, mais uma vez, arcar com o ônus de um Estado desajustado. Refiro-me às propostas de reformulação do sistema tributário que estão mais adiantadas no Congresso Nacional, as PECs 45 a 110, de 2019, que sugerem a criação de uma alíquota única para os produtos e serviços, uma medida que não leva em consideração as diferenças de renda e a capacidade contributiva de quem paga os impostos. Se, por um lado, essa ideia, que está sendo analisada pelo grupo de trabalho instituído por esta Casa, simplifica o caótico sistema tributário, por outro, mantém uma arrecadação média que faz com que algumas empresas se beneficiem em detrimento de uma maioria que será gravemente prejudicada. Mesmo sem haver definição sobre qual seria o percentual, critérios ou compensações dessa alíquota, temos a compreensão de que essa ideia vai provocar um prejuízo enorme ao setor produtivo.

Senhoras e senhores, certamente não é esse o caminho pelo qual a sociedade anseia. Desejamos, sim, a simplificação do nosso sistema tributário, mas sem que isso acarrete a elevação de mais encargos para o empresário e o custo para o cidadão. Precisamos, sim, rever a conta Brasil, mas que isso seja feito tirando das costas do contribuinte o enorme fardo de carregar sozinho um Estado inchado e ineficaz. Precisamos, sim, de uma reforma ampla, mas que ela esteja...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CÉSAR DA COSTA - ... da máquina pública e garanta o uso racional dos impostos.

Essas, senhoras e senhores, são tarefas árduas que dependem de todos nós. E por entender que o desenvolvimento do Brasil passa por todas essas questões, é que a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas tem feito a sua parte. Desde o início, a CNDL conta com um comitê que está trabalhando junto à Unecs e junto à FCS para analisar e apresentar propostas que possam fazer a

diferença nesse grande debate. Formado por especialistas do Sistema CNDL, o núcleo tem como norte a premissa da manutenção do Simples Nacional, a desoneração da folha de pagamentos e a manutenção das alíquotas diferenciadas, salvaguardas mínimas para a sobrevivência de um setor que é fundamental para o nosso Brasil.

Como disse, a tarefa é árdua, mas estamos preparados para encarar esse desafio. Nesse sentido, a sessão de hoje tem enorme significado para todos nós.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CÉSAR DA COSTA - Mais que o reconhecimento do Congresso Nacional pelo trabalho cidadão desses jovens empresários, vemos nesta cerimônia um estímulo para seguirmos em frente com nossos propósitos.

A mobilização do Dia Livre de Impostos acontecerá agora, como já foi dito, dia 25 de maio, quinta-feira, vai durar 24 horas e estará presente em todo o país.

Já a luta da CNDL por um país mais justo, livre e próspero já dura 62 anos. Em 2023 seguirá mais forte do que nunca dialogando, contribuindo, marcando seu espaço e amplificando a sua voz, pois hoje nos relacionamos diretamente com mais de 180 milhões de brasileiros e precisamos ser escutados.

Meu muito obrigado.

Depois, ao final da sessão, nós vamos entregar algumas placas aos requerentes e aos Parlamentares e, logo ao final também, nós teremos um *coffee break* aqui no Salão Nobre, logo ao lado.

Obrigado. *(Palmas.)*

Documento 10/21

008.1.57.N	Sessão Extraordinária - CN	22/05/2023-15:24
Publ.: DCN - 5/23/2023 -	MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS	
CONGRESSO NACIONAL	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Promoção do Dia Livre de Impostos. Discussão da proposta de reforma tributária. Protesto contra a cassação do mandato parlamentar de Deputado Federal pelo Tribunal Superior Eleitoral.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente desta sessão solene do Congresso Nacional, caríssimo Senador Efraim Filho, batalhador das causas do empreendedorismo nesta Casa Legislativa, falo nesta Casa Legislativa, pois ela é composta por Câmara e Senado da República, e, tanto na Câmara como agora no Senado da República, V. Exa. tem sido um exímio batalhador por todos aqueles que trabalham e empreendem no país. É uma honra ser seu colega como Congressista neste momento como Senador, assim como foi uma honra tê-lo ombreando lado a lado aqui na Câmara dos Deputados, quando Deputado Federal.

Quero também saudar o presente Senador Alan Rick, proponente desta sessão, Relator do Código de Defesa do Pagador de Impostos no Senado da República. Estimo que tenha êxito na tarefa de simplificar para que o nosso - não o contribuinte, pois é forçado a fazê-lo, mas o pagador de impostos - pagador de impostos tenha, pelo menos na sua tarefa de servir ao Estado, enquanto muitas vezes, lamentavelmente, o Estado serve-se dele, menos trabalho do que hoje tem.

Também Deputado Federal Domingos Sávio, querido amigo, colega de muitas batalhas, sempre denunciando os autoritarismos e abusos daqueles que se colocam na posição de algozes de uma sociedade que quer e deve ser livre, sempre defenderemos juntos a liberdade, é uma satisfação ser seu colega como Parlamentar.

Ao Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, Sr. José César da Costa, que me dá a honra de sentar ao seu lado nesta sessão solene, desejo a continuidade do profícuo trabalho que tem feito à frente da confederação.

Também o Coordenador Nacional da Câmara de Dirigentes Lojistas Jovem, Sr. Raphael Paganini, e a Vice-Coordenadora, Sra. Lucia Fassarella... Permita-me, Sr. Raphael, que o cumprimente na pessoa da sua Vice, a Lucia, que nos procurou recentemente justamente para tratarmos da importância de termos não apenas esta sessão solene, mas mais empreendedorismo jovem na pauta política nacional. Podem sempre contar comigo, nós precisamos realmente, Lucia, Raphael e todos aqui presentes da CDL Jovem, incentivar que mais jovens participem do associativismo no meio empresarial e, obviamente, também, por decorrência disso e consequência, no meio político.

Eu quero, nestes breves minutos que possuo, iniciar dizendo que é um pouco irônico falarmos em dia livre de impostos, porque, obviamente, não ficaremos livres deles depois desta sessão solene, apenas chamaremos a atenção da sociedade brasileira de que, até final deste mês de maio, trabalhamos única e exclusivamente para pagar os custos dos municípios, estados e União e, simbolicamente, daqui para frente, estaríamos trabalhando para nós. Assim como disse Benjamin Franklin, só repito aqui - e ele apenas popularizou também um dito muito antes já corrente na sociedade americana, tão insatisfeita com os impostos cobrados pelos ingleses antes da revolução -: há

apenas duas coisas certas na vida: a morte e os impostos. Eles continuarão sendo cobrados, apesar de hoje estarmos celebrando a liberdade dos impostos.

Estou aqui como uma gravata do Instituto Mises. Mises foi aquele que refutou Marx, que instituiu a ideologia socialista tão bem definida por Winston Churchill - e eu faço questão de ler a tradução aqui para não falhar - como a filosofia do fracasso, referindo-se ao socialismo, a crença na ignorância, a pregação da inveja, dizendo que o defeito inerente do socialismo é a distribuição igualitária da miséria. E é importante lembrar essa frase de Winston Churchill e referir-me a Mises aqui, porque, quando ele refuta Marx, ele lembra, Senador Efraim, que a história da mais valia não tem como ser aplicada de fato na economia, pois não leva em consideração, em virtude da inveja do seu proponente, em virtude da falta de visão sobre como funcionam a economia e o empreendedorismo, que todo empreendedor, quando inicia por meio da sua vocação empresarial de produzir riqueza, corre o risco de eventualmente não ter lucro, de ter prejuízo, de quebrar. Aliás, quantos quebraram uma, duas, três, quatro, cinco vezes até finalmente terem sucesso na vida?! A inveja não permite a muitos verem o esforço empreendido, até porque o invejoso não quer trabalhar, não quer se esforçar; muito melhor não ver o esforço que os outros precisam empreender para chegar aonde finalmente chegaram e obter o sucesso que finalmente obtiveram. Por isso, Mises, sim, refutou Marx.

E, neste momento, em pleno século XXI, me preocupa muito...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ... que, em muitos lugares, inclusive aqui no Brasil, esteja predominando uma ideologia de esquerda, um socialismo que tenta ser imposto, inclusive, à força sobre os brasileiros, à força, violentamente, contra aquilo que diz a Constituição, contra aquilo que dizem as nossas leis.

Eu quero chamar a atenção para esse fato, contando com a tolerância do Presidente para poder concluir o raciocínio sobre o que está acontecendo neste momento do Brasil. Eu faço questão de mencionar esse fato, porque o que nós temos hoje de poder público funcionando no Brasil é graças ao empreendedor, é graças a quem produz, é graças ao trabalhador brasileiro. Não existe um centavo de dinheiro público que entre nos caixas da União e pague os confortos de S. Exas. que não tenha sido gerado por quem trabalha no nosso Brasil! E, por isso, precisa ser o empreendedor, o trabalhador profundamente respeitado.

O que nós vimos acontecer, na semana passada, com a cassação de um Parlamentar eleito pelos trabalhadores, pelo povo brasileiro de uma forma arbitrária, irregular e inconstitucional pela Corte Eleitoral, é algo que precisa

ser rechaçado por todos que pagam as contas das S. Exas! (*Palmas.*)

Não vamos tolerar, Sr. Presidente desta sessão, Parlamentares do Brasil, que um só de nós seja cassado ilegal e inconstitucionalmente, porque, no momento em que um é cassado, o próximo será também! (*Palmas.*)

É o respeito ao voto do cidadão e ao dinheiro do pagador de impostos que também está em jogo neste momento. Por isso, estive ontem em Curitiba para dizer que estamos todos juntos com Deltan Dallagnol. Estamos todos juntos pela democracia, juntos pela liberdade!

E, ainda que não estejamos daqui para frente, depois desta celebração, livres dos impostos, que nos acompanharão, sim, lamentavelmente, eu diria, até a morte, que pelo menos nós sempre nos levantemos e digamos: ou ficar a pátria livre ou, apesar dos impostos, morrer pelo Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

Documento 11/21

008.1.57.N	Sessão Extraordinária - CN	22/05/2023-15:24
Publ.: DCN - 5/23/2023 -	DAMIÃO FELICIANO-PDT -PB	
CONGRESSO NACIONAL	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Promoção do Dia Livre de Impostos. Discussão da proposta de reforma tributária.

O SR. DAMIÃO FELICIANO (Bloco/UNIÃO - PB. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Efraim Moraes, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, eu fico muito feliz quando a iniciativa é importante, porque esta traz uma discussão que afeta todas as pessoas do Brasil: cobrança de impostos. Ninguém fica satisfeito em pagar imposto a mais.

Nós vivemos numa situação em que a reforma tributária se impõe. O Brasil, nos últimos dez anos, Senador Alan, Deputado Marcel, cresceu 1% ao ano. Se a gente continuar fazendo a mesma coisa, nós vamos crescer, nos próximos dez anos, 1% ao ano. Então, que ela vai beneficiar as pessoas é óbvio, assim como que uns vão perder e outros vão ganhar, mas nós temos que fazer esse equilíbrio, porque é insuportável que a classe pobre, os mais necessitados paguem impostos mais do que os outros. No consumo, na hora em que uma pessoa de baixa renda vai comprar no supermercado, ela paga impostos naquela hora e vai pagar imposto muito mais do que os mais abastados. O Ministro Haddad tem feito esse discurso com muita proeminência, com muita

determinação, e eu acho que o nosso caminho é fazer a reforma tributária. Nós não aguentamos mais pagar os impostos como estão sendo feitos e aplicados aqui no Brasil!

O arcabouço fiscal que está sendo colocado, que vai ser votado amanhã ou depois de amanhã, tem os seus benefícios, como também tem algumas coisas com o que não se concorda, mas o Governo está colocando uma medida para poder suportar o gasto para beneficiar o país. Diminui-se, inclusive, a carga de juro na hora em que ele impõe que as despesas do Governo sejam de no máximo 2,5%, porque, sendo de 2,5%, ele tem esse limite que vai corresponder e diminuir os gastos que são colocados no país. É diferente da medida do teto de gastos.

É preciso que a sociedade inteira colabore: vai colaborar o empresário, vai colaborar o servidor, vão colaborar os Parlamentares, vão colaborar os empreendedores... Nós temos que fazer nosso dever de casa, nós temos obrigação e compromisso com este país! Não adianta ficar discutindo o que é bom se nós não tivermos a compreensão de que este Governo... Como o próprio Ministro Haddad quer fazer, ele quer fazer, está se colocando a fazer, está se propondo a fazer... É a melhor das reformas tributárias? Eu digo a vocês que não, mas que nós devemos fazer é indiscutível! Não há ninguém no país que não diga que nós não devemos fazer essa reforma tributária! Eu duvido que alguém seja contrário!

Agora, é preciso que a gente sente à mesa, como está se fazendo na discussão, caminhando por todos os setores, discutindo os segmentos da sociedade brasileira, pedindo a compreensão...

(Soa a campainha.)

O SR. DAMIÃO FELICIANO (Bloco/UNIÃO - PB) - E aí nós vamos entrar no canal para que amanhã o Brasil seja outro. E vai ser.

Vai ter discussão sobre a Zona Franca de Manaus. Eu sou lá da Paraíba e sei da discussão que nós temos sobre a diferença, nessa guerra fiscal, que nós temos de um estado para o outro para poder trazer as empresas. Isso não pode acontecer! Essas discussões têm que ser colocadas no papel!

Eu peço exatamente essa compreensão. Este Governo quer fazer a reforma tributária, e nós sabemos que não é das melhores, mas nós sabemos que vai ser feita para poder, pelo menos, dar o primeiro passo de um equilíbrio fiscal neste país.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

008.1.57.N	Sessão Extraordinária - CN	22/05/2023-15:24
Publ.: DCN - 5/23/2023 -	RAPHAEL PAGANINI--	
CONGRESSO NACIONAL	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Promoção do Dia Livre de Impostos. Discussão da proposta de reforma tributária.

O SR. RAPHAEL PAGANINI (Para discursar. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar o Exmo. Presidente da Frente Parlamentar de Comércio e Serviço do Senado Federal, Efraim Filho; também o Presidente da Frente Parlamentar de Comércio e Serviço da Câmara dos Deputados, Domingos Sávio; o Deputado Marcel Van Hattem, aqui presente; e o nosso Presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, o nosso líder José César da Costa, que, nos últimos anos, tem apoiado, sem medir esforços, todas as realizações da CDL Jovem do Dia Livre de Impostos.

Gostaria de cumprimentar a minha Vice-Coordenadora da CDL Jovem Nacional, Lucia Fassarella, e também de estender o cumprimento ao líder do DLI de 2023, Victor Gonzales, e ao líder de RIG da CDL Jovem, nosso Adelmo Pazzini.

Também aproveito para cumprimentar todos os Presidentes de CDL e de federação aqui presentes e todos os Deputados e Senadores aqui presentes, também.

Na quinta-feira, nós teremos o 17º Dia Livre de Impostos, a ser realizado em todo o Brasil. É uma ação que vai unir mais de 50 mil varejistas, vendendo produtos e serviços sem o valor dos seus impostos. É uma ação que une, de um lado, empreendedores e, de outro lado, consumidores, que juntos vão protestar, numa ação de conscientização promovida por empresários de todo o Brasil. Esses empresários vão arcar com todos os custos desses impostos, a fim de que possamos conscientizar que cada vez que nós consumimos um produto ou um serviço, nós temos um percentual altíssimo de impostos e contribuimos ativamente no recolhimento desses impostos.

Essa ação é a maior ação do Brasil. É promovida pela CDL Jovem. Nós somos 30 mil jovens pertencentes ao sistema CNDL, em mais de cem CDL Jovens espalhadas por todo o Brasil, que trabalhamos de forma voluntária para que possamos conscientizar neste momento tão importante.

Essa ação vai acontecer em todos os estados da Federação. Serão mais de 50

mil lojistas que vão vender seus produtos e seus serviços sem o valor dos impostos. E devemos gerar, nesse dia, mais de R\$3 bilhões em movimentação econômica.

A ampla cobertura da imprensa nacional mostrou o tamanho da força desse nosso movimento contra a alta carga tributária do Brasil. Hoje em dia, para os senhores terem ideia, mais de 149 dias por ano são gastos apenas para nós pagarmos os nossos impostos.

Este ano, a expectativa é termos um marco histórico para o sistema CNDL para cada um dos nossos empresários do setor e, em especial, aos micro e pequenos empresários. Afinal de contas, são os mais impactados pelo nosso sistema tributário arcaico, oneroso brasileiro.

Hoje estivemos dentro de uma grande multinacional, há um dado alarmante: são mais pessoas calculando quantos impostos devem ser pagos pela empresa do que pessoas trabalhando no setor de inovação, que vai garantir uma prosperidade para a própria empresa.

Falar sobre micro e pequena empresa é falar sobre quem realmente faz este país crescer. São empreendedores que diariamente enfrentam enormes desafios e que seguem gerando emprego, renda, desenvolvimento social e econômico para todos.

Sabemos, amigas e amigos, que hoje, apesar de o nosso setor ser responsável por 27 milhões de empregos, 73% do Produto Interno Bruto e 80% das empresas ativas no país, somos também os mais sacrificados quando o assunto é cobrança de impostos. Não é só porque o setor é formado, em sua maioria, por micro e pequenos empresários, como também os que mais sofrem com a burocracia, os encargos trabalhistas, as obrigações acessórias, que tanto custam para quem empreende no Brasil.

Excelentíssimos senhores e senhoras, o DLI nasceu para manifestar a insatisfação da sociedade brasileira com a tributação abusiva cobrada no Brasil, que reduz o poder de consumo da população, além de limitar todo o crescimento econômico, o fomento ao empreendedorismo e o ambiente econômico para negócios no Brasil.

A ideia da ação é materializar como os impostos representam grande parte do preço dos produtos que consumimos diariamente. Estamos diante da possibilidade concreta...

(Soa a campainha.)

O SR. RAPHAEL PAGANINI - ... de este Parlamento aprovar uma reforma tributária que trará desenvolvimento e melhores condições de vida para a

população. Esse é o momento em que nossas pautas se tornam ainda mais necessárias para serem defendidas.

Criada em 1988 com o propósito de oferecer à CDLs um espaço para o desenvolvimento de jovens empresários lojistas, a CDL Jovem sabe da sua responsabilidade e da sua capacidade de construir, ao lado do Sistema CNDL e junto ao poder público, uma saída para o nosso complexo e injusto sistema tributário.

As tratativas sobre esse assunto estão amadurecidas e, como acontece em qualquer revisão estrutural, carregam a esperança de um texto que possa garantir um sistema justo, eficiente e que lance bases para o aumento da competitividade, da produtividade e a criação de empregos, principalmente entre os jovens empreendedores, que terão melhores condições de obter sucesso em seus negócios contribuindo para o crescimento do Brasil.

Srs. Parlamentares, contamos com V. Exas. para que possamos tornar, depois de 17 anos, o Dia Livre de Impostos, esse nosso sonho, uma realidade.

Muito obrigado.

Documento 13/21

008.1.57.N	Sessão Extraordinária - CN	22/05/2023-15:24
Publ.: DCN - 5/23/2023 -	LUCIA FASSARELLA--	
CONGRESSO NACIONAL	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Promoção do Dia Livre de Impostos. Discussão da proposta de reforma tributária.

A SRA. LUCIA FASSARELLA - Fui pega de surpresa, mas estamos aqui. Não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco/UNIÃO - PB) - As mulheres empreendedoras são assim mesmo, sempre estão prontas para todos os desafios.

A SRA. LUCIA FASSARELLA (Para discursar. Sem revisão da oradora.) - É isso aí, estamos sempre preparadas. Exato.

Muito obrigada pelo convite, pela representação. Agradeço, aqui, já à mesa. O Senador Efraim está sempre apoiando todas as pautas do empreendedorismo. Não poderia deixar de citar, também, o Alan Rick, um discurso muito empoderado. Muito obrigada. A gente precisa desse reforço. Estamos aqui na

retaguarda empreendendo, gerando riqueza, emprego, então, a gente precisa de vocês lutando aqui para a gente, na ponta. Quero agradecer também ao Domingos. Muito obrigada pelo apoio, incentivou-me: "Vá lá falar, representar as mulheres". Obrigada. Marcel, minha admiração. Estou sempre aí solicitando, também, a nossa voz, em representação à CDL Jovem. Agradeço ao meu Presidente do Sistema CNDL, José César, a ao meu Coordenador Nacional, meu sócio Raphael Paganini.

Bom, aqui não tenho nenhum discurso escrito, mas eu acho que é importante a gente deixar aqui um depoimento. Eu sou empresária, também empreendedora do Brasil - tenho uma empresa de tecnologia - e, realmente, o nosso terceiro sócio é o Governo.

Hoje, neste ato simbólico, nós precisamos falar à Casa, a todos os Senadores e Deputados presentes, que a reforma tributária é, sim, um assunto sério que precisa ser inteligente. Então, precisamos que vocês, de forma inteligente, possam, realmente, melhorar o nosso ambiente de negócios, melhorar o nosso estado, gerar facilidades para nós, lá na ponta. Realmente, só precisamos de facilidades, que o Governo, realmente, seja um elo, que não nos atrapalhe nem nos freie.

Então, esse é o recado que eu queria dar. Obrigada pela oportunidade. Vamos comemorar mais um Dia Livre de Impostos, no dia 25 de maio, com toda a população aí firme e forte, comprando os produtos, mostrando, verdadeiramente, o quanto a nossa carga tributária é pesada e limita o nosso poder de consumo.

Então, mais uma vez, obrigada pelo apoio e pela presença de todos. (*Palmas.*)

Documento 14/21

008.1.57.N	Sessão Extraordinária - CN	22/05/2023-15:24
Publ.: DCN - 5/23/2023 -	JOSÉ CÉSAR DA COSTA--	
CONGRESSO NACIONAL	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Promoção do Dia Livre de Impostos. Discussão da proposta de reforma tributária.

O SR. JOSÉ CÉSAR DA COSTA (Para discursar.) - Eu quero, no final desta sessão solene tão importante para o nosso Brasil, para o nosso sistema, para todos que lutamos, que acreditamos, que trabalhamos, diuturnamente, para manter nossas empresas abertas, para a população, que paga um custo altíssimo... Todos os produtos nossos hoje, se nós tivéssemos um imposto sem corte - é o que vai ser mostrado agora, dia 25 -, nós teríamos uma condição de

vida muito melhor do que a que nós temos.

Eu quero, neste momento, mais uma vez, agradecer a todos, à nossa frente parlamentar, a todos que nos ajudaram a construir este dia, esta sessão solene, que vai culminar, agora, no dia 25, com o dia do DLI, o dia de protesto.

Eu quero parabenizar a nossa frente, na pessoa do nosso Senador Efraim Filho, que tem lutado, incansavelmente, para, junto com a Unecs, junto com os nossos objetivos, não de hoje, até quando era Deputado Federal, ele já tinha essa labuta, diuturnamente, nos acompanhando. Nos acompanhou, por duas vezes, na NRF, em Nova York, para conhecer, também, como funciona o varejo mundial.

Quero entregar a ele uma placa, a ele e, também, aos outros Parlamentares que estão aqui, hoje, Senadores, que nos ajudaram a construir este momento tão importante para todos nós.

Então, Senador Efraim, fica aqui o nosso agradecimento.

E vou entregar-lhe uma placa por este dia tão importante.

(Procede-se à entrega de placa de homenagem ao Sr. Efraim Filho.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco/UNIÃO - PB) - Na sequência...

O SR. JOSÉ CÉSAR DA COSTA - Bem, dando sequência, vou chamar aqui o Senador Alan Rick também, um grande parceiro, um grande companheiro da nossa frente, sempre presente, um acreano. Nós vamos conhecer o seu estado em breve.

Então, Senador, mais uma vez, o nosso agradecimento em nome de toda a nação lojista, de todo o Sistema CNDL, por este momento tão especial.

(Procede-se à entrega de placa de homenagem ao Sr. Alan Rick.) (Palmas.)

O SR. ALAN RICK (Bloco/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) - Está convidado a visitar o Acre já no próximo mês.

O SR. JOSÉ CÉSAR DA COSTA (*Fora do microfone.*) - Estamos comprando a passagem.

O SR. ALAN RICK (Bloco/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco/UNIÃO - PB) - Na sequência...

O SR. JOSÉ CÉSAR DA COSTA - Também que assume a nossa frente parlamentar com muita força, com muita energia, com muita garra, com muita determinação, junto ao nosso líder Senador Efraim, o nosso conterrâneo mineiro, Deputado Federal Domingos Sávio, que realmente tem feito muita diferença e tem somado muito à nossa frente.

Muito obrigado, Deputado.

(Procede-se à entrega de placa de homenagem ao Sr. Domingos Sávio.) (Palmas.)

Documento 15/21

83.2023

Sessão Ordinária - CD

23/05/2023-19:56

Publ.: DCD - 5/24/2023 - Zé Neto-PT -BA

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de votação e aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, sobre a instituição do regime fiscal sustentável para garantia da estabilidade macroeconômica do País; e a criação de condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022, (novo arcabouço fiscal). Realização da reforma tributária.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, às vezes, eu chego aqui e fico analisando: existe uma turma que está dizendo que não tem que haver mudança no teto, que o teto tem que ficar como está aí, esquecendo que o que está aí não existe, que o que está aí não dá segurança nenhuma nem ao mercado consumidor, nem às contas do Governo, nem aos olhares do capital que externamente olha para o Brasil. E ficam tentando subterfúgios.

Se perguntarem: "*Zé Neto, essa medida é a ideal?*" Não, não é a medida ideal, é a que nós temos. "*É a medida do Governo?*" Também não, ela é também do Governo, mas não é só do Governo. Essa é uma medida que foi debatida nesta Casa, amadurecida, fruto das vivências anteriores, inclusive com o teto que estava aí, furado por nove vezes, e que vem na expectativa, na possibilidade

clara de ajustar, de dar estabilidade às contas governamentais e dar um prumo não só ao Governo, mas também ao Estado brasileiro.

Alguns, às vezes, esquecem que há medidas que vão para a disputa aqui no plenário — vamos disputar ideologia, vamos disputar o jeito de ver as coisas. Agora, há medidas, como esta e como a reforma tributária, que são medidas de Estado, para o Brasil, que não tem mais tempo para derrapagens, que não tem mais tempo para ficar nesse puxa-estica, porque o mundo veloz caminha. O mundo caminha para o IVA. Todo mundo já está com o IVA, os países ricos, os países em desenvolvimento. E aqui no Brasil se vive até hoje um debate que, agora, depois da votação do arcabouço, deve ser o que norteará o caminho desta Casa.

Portanto, aqueles que pensam e falam do Brasil como um País, como um Estado, devem nesse momento refletir que a construção feita pelo Relator Cláudio Cajado foi uma construção feita nesta Casa, ouvindo os Líderes partidários, ouvindo as diversas opiniões. Inclusive, mudou, e muito, o texto original que veio do Governo.

E nós que somos da bancada do Governo, que somos da bancada do PT, vamos fechar a votação aqui, ainda que alguns dentro do próprio PT tenham críticas, que são salutares para um processo democrático de desenvolvimento de uma solução para o que nós queremos para o Brasil.

Portanto, votar o arcabouço é uma atitude madura, e esta Casa deve tê-la, porque não há tempo para ficarmos aqui com o País numa situação como esta, de total descontrole fiscal e descontrole do seu orçamento, precisando, evidentemente, alinhar suas contas e olhar em frente. E nós todos aqui temos a responsabilidade de cuidar deste espaço da política que é o Estado brasileiro.

Vamos votar hoje, vamos aprovar e vamos caminhar para buscar a votação também da reforma tributária, que é tão necessária para o Brasil.

Documento 16/21

84.2023

Sessão Ordinária - CD

24/05/2023-14:00

Publ.: DCD - 5/25/2023 - Silvio Costa Filho-REPUBLICANOS -PE

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, sobre a instituição de regime fiscal sustentável para a garantia da estabilidade macroeconômica do País e para a criação das condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda à Constituição nº 126, de 21 de dezembro de 2022 (novo arcabouço fiscal).

Expectativa de realização da reforma tributária. Presença na Casa do Prefeito Erivaldo Rodrigues Amorim, do Município de Lajedo, Estado de Pernambuco.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE. Sem revisão do orador.) - Presidente, inicialmente quero falar da alegria de ver V.Exa. presidindo a sessão na tarde de hoje. V.Exa., sem dúvida alguma, é uma referência do Parlamento brasileiro.

Quero falar também da importância de ontem termos votado a nova regra fiscal do Brasil. Ela é muito importante para o País, porque vai dar previsibilidade e equilíbrio às contas públicas. Não tenho dúvida de que nós vamos incentivar os investimentos nacionais e atrair investimentos internacionais para o Brasil. Vamos concluir a votação dos destaques hoje e depois nos dedicaremos à reforma tributária, que também é muito importante.

Hoje, Presidente, eu estou tendo o privilégio de receber aqui um conterrâneo, o Prefeito Erivaldo Chagas, da cidade de Lajedo. Ele se faz presente aqui em Brasília, e nós estamos visitando alguns Ministros para poder levar um conjunto de ações e investimentos para a cidade de Lajedo e toda a região em Pernambuco.

Muito obrigado, Presidente. Parabéns pelo trabalho!

Documento 17/21

84.2023	Sessão Ordinária - CD	24/05/2023-15:00
Publ.: DCD - 5/25/2023 - Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP		
BREVES COMUNICAÇÕES		BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Desconhecimento do teor da proposta de reforma tributária pela maioria da população brasileira. Críticas à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, sobre a instituição do regime fiscal sustentável para garantia da estabilidade macroeconômica do País; e a criação de condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022, (novo arcabouço fiscal).

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Maria do Rosário.

Fiquei estarecido um pouquinho, mas não me surpreendeu, ao mesmo tempo, uma notícia que surgiu hoje relatando que mais de 70% dos brasileiros não

sabem do que se trata a reforma tributária ou das questões tributárias.

Então, o engajamento da população num tema tão importante, sobretudo num momento como este em que esta Casa está revisando propostas que estão sendo levadas diretamente a voto sem muito debate, é fundamental. É fundamental que os cidadãos se engajem nisso, porque eles que são os grandes beneficiários e talvez os grandes prejudicados por tudo que está sendo votado aqui e pela maneira como está sendo votado aqui. Talvez eles não conheçam as maldades que vêm junto com essas propostas. Vamos citar aqui alguns exemplos.

Essa proposta de ontem tem algumas maldades embutidas, de que, certamente, a população vai sentir os efeitos. Quer um direcionamento aqui? Por exemplo, a máquina pública vai crescer muito e, ao mesmo tempo, vai ser muito ineficiente, porque se tirou o incentivo de fazer uma máquina pública eficiente enquanto se pode gastar mais e botar mais dinheiro na máquina pública sem nenhum crivo de querer fazer uma reforma da burocracia. Agora, tentam resolver os problemas com mais dinheiro. Isso gera um problema de eficiência e tamanho de máquina pública tremendo. Quem paga por isso em vários aspectos, não só do ponto de vista de arrecadação, mas também do ponto de vista de qualidade de máquina pública, é o consumidor final.

Agora, falando de arrecadação, aqui estamos travando aumento de gastos durante 4 anos, até 2026. Muito bem. Se estamos travando o aumento de gastos, significa que vamos estar travando também aumento de arrecadação, talvez por novos meios que vão ser descobertos, que até agora não sei quais são e que certamente não vão fechar a conta.

Estamos falando aqui de aumento de impostos. Quem é que vai pagar esse aumento de impostos? E aí vem o terceiro ponto, que é o efeito desse aumento de imposto: consumo mais baixo. Se há um consumo mais baixo, uma oferta mais baixa, há uma contração econômica.

Então, há gente consumindo menos, porque está pagando mais imposto, e empresas vendendo menos, porque têm menos consumidores para comprar. Ao mesmo tempo, se há uma situação de contração econômica, há menos tributos entrando. Isso força uma arrecadação maior ainda, um aumento maior ainda de imposto daqueles poucos que sobraram pagando.

Vejam o efeito maldoso de uma medida que vem supostamente para ajudar a população. Não vem para ajudar nada. Isso é uma irresponsabilidade fiscal, é uma grande maldade.

Eu vou mencionar uma maldade ainda maior — se essas já não forem grandes o bastante. O que vai acontecer? A previsibilidade de quem financia o Governo... Quem financia o governo? Títulos públicos. Quem compra títulos públicos? Bancos privados. Por que bancos privados? Porque bancos privados têm recursos de uma base enorme, que é de brasileiros e também de pessoas e agentes internacionais. O Brasil não tem bancos nacionais com capitalização

suficiente para financiar o Governo. Então, ele precisa do financiamento de toda a economia de mercado mundial.

Ocorre que essa economia de mercado vai falar assim: *"Poxa, eu não consigo prever se, no ano que vem, os impostos vão aumentar. Se os impostos forem aumentar — porque eles vão ter que fechar a conta no próximo ano —, eu só vou financiar o curto prazo"*. Nós já vivemos uma realidade de ter que financiar toda a dívida pública no curto prazo. Isso é ruim para o brasileiro, isso significa alta de juros. E o que significa aumentar os juros em uma dívida muito grande, em que já estamos no limite, já estamos batendo quase 80% na relação volume de dívida *versus* PIB? Significa que, daqui a pouco, não importa aumentar os juros, porque o risco de não pagamento dessa dívida cresce exponencialmente, já estamos com uma dívida muito grande.

E qual é o plano do Governo para pagar dívida, para reduzir dívida? Nenhum. Muito pelo contrário, temos até um destaque agora exatamente para que, se houver um excedente de arrecadação, seja usado para diminuir a dívida. Espero que os Parlamentares que estejam escutando esse pronunciamento venham ao encontro de estabelecer responsabilidade na proposta que foi votada ontem.

Meus amigos, existem várias maldades embutidas nisso. Aqueles que escreveram a proposta não sabem o que estão fazendo. Espero que nós Parlamentares e a população nos engajemos em destrinchar e mitigar esses problemas ainda no texto aprovado.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 18/21

84.2023

Sessão Ordinária - CD

24/05/2023-16:12

Publ.: DCD - 5/25/2023 - Paulão-PT -AL

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Cortina de fumaça criada pela CPI do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST sobre a verdadeira situação do Brasil. Rejeição de requerimentos apresentados pelo PT na CPI.

O SR. PAULÃO (Bloco/PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje é mais um dia da CPI do MST, Comissão da qual eu sou integrante.

Esta Casa, Deputado Joseildo Ramos, poderia estar discutindo o desenvolvimento social, poderia estar discutindo a reforma tributária, porque

só pagam tributo no Brasil, primeiro, o pobre, segundo, a classe trabalhadora e, depois, a classe média. A elite brasileira, que ganha acima de 100 mil reais, se tiver um salário, quase que não paga tributos. O fato gerador, todo mundo sabe, é sobre o consumo. Então, quem ganha menos paga tributo a mais. Se eu comprar uma bicicleta, eu pago tributos. Se eu comprar um iate, eu não pago imposto. Se eu comprar um avião particular, eu não pago imposto. Se eu aplicar na Bolsa de Valores, quase que eu não pago imposto. Essa anomalia só existe aqui no Brasil. É isso que esta Casa deveria estar discutindo.

Sr. Presidente, essa CPI foi criada pela Oposição, que não tem narrativa, não tem discurso, não tem pauta, diante de tantos escândalos do Presidente fujão: escândalo das joias, rachadinha da Primeira-Dama, processo dos milicianos com seus filhos no Rio de Janeiro. Então, há várias pautas para CPIs, mais é criada essa, para criar um factóide, uma cortina de fumaça.

E eles querem transparência. Mas, um detalhe, a bancada do PT apresentou um requerimento para o Secretário da Fazenda explicitar os valores inscritos na dívida ativa da União, que pega os maus empresários no Brasil, e esse requerimento foi rejeitado. Cadê a transparência?

Outro requerimento que nossa bancada apresentou foi para a Ministra do Meio Ambiente dizer quais são os processos administrativos de concessão de cancelamento, revogação e anistia de infrações ambientais, porque até o capitalismo internacional nos faz cobranças em relação ao desmatamento desenfreado, ao genocídio contra os povos indígenas — a maior questão é a do povo ianomâmi —, mas esse requerimento também foi rejeitado.

É engraçada a composição dessa CPI conservadora, que está tremendo de medo da CPMI que vai apontar os financiadores do golpe. Nós não podemos generalizar o agronegócio, mas os que financiaram serão investigados — tenho certeza de que a CPMI vai apurar isso.

Mais uma vez, nós fazemos o registro de que a CPI do MST — peço mais 30 segundos, agradecendo a gentileza — é um factóide, é uma cortina de fumaça, para que não possamos fazer discursos sobre a realidade, sobre a situação verdadeira do Brasil.

É engraçado: ouvi Parlamentares que me antecederam se dizendo com saudade dos preços da tabela da PETROBRAS. Isso é lamentável, é uma forma de não pensar no povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sumário

Importância para a economia do Brasil da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, sobre a instituição de regime fiscal sustentável para a garantia da estabilidade macroeconômica do País e para a criação das condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda à Constituição nº 126, de 21 de dezembro de 2022 (novo arcabouço fiscal). Expectativa de aprovação pela Casa de proposta de reforma tributária.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma breve reflexão sobre a importância da votação de ontem.

Nós não votamos apenas um novo marco fiscal. Nós votamos com muito equilíbrio, com muito bom senso, diga-se de passagem, e tivemos uma vitória da Casa, do Governo, mas, fundamentalmente, uma vitória da economia deste País.

Foi o ideal? Para alguns, não. Nós do PT fizemos debates sobre o assunto. A questão do FUNDEB esteve no debate. A questão dos 2,5% também. No final teve aquele puxa e estica. Na Bahia, uma coisa que dizemos muito é que o ótimo é inimigo do bom.

Sabemos do cenário político, do cenário legislativo, e podemos dizer que ganhou o Brasil, que faz uma aposta num processo de mais transparência, de mais equilíbrio, numa situação fiscal que acaba de vez com o teto que estava posto. Não existe mais aquele limite, aquele teto. E cria-se uma nova condição, que vai estabelecer regras que, tanto para quem está fora do Brasil, como para o próprio Governo, significarão mais condição de darmos passos no sentido de melhorar a arrecadação, de estruturar o gasto público e o investimento. Muitas pessoas falam em gasto como se isso não fosse investimento público, mas é investimento garantir as políticas sociais.

Não tenho dúvida de que demos o passo decisivo para, nos próximos dias, com a mesma maturidade, Sr. Presidente, encaixarmos definitivamente uma proposta, aprovada nesta Casa, de reforma tributária. Essa reforma tributária trará para o Brasil, depois de 40 anos de debates, as condições de que nós precisamos para dar uma arrancada, para modernizar as relações tributárias de consumo e encaixar o desenvolvimento social e econômico deste País, que neste momento dá um salto qualitativo, a partir do seu Congresso, do debate, para a construção de dias melhores para toda a população.

84.2023

Sessão Ordinária - CD

24/05/2023-17:44

Publ.: DCD - 5/25/2023 - Kiko Celeguim-PT -SP

BREVES COMUNICAÇÕES
BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação pela Casa do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, sobre a instituição do regime fiscal sustentável para garantia da estabilidade macroeconômica do País; e a criação de condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022, (novo arcabouço fiscal).

O SR. KIKO CELEGUIM (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas, ontem foi um dia histórico e talvez tenha sido o dia mais importante deste ano legislativo, quando este Congresso Nacional, a Câmara Federal, aprovou um marco fundamental para a economia deste País.

A aprovação do Regime Fiscal Sustentável, enviado pelo Presidente Lula e pelo Ministro Haddad, na minha opinião, refunda o sentido de responsabilidade fiscal que vigorou neste País, porque fala em responsabilidade fiscal, mas inclui também responsabilidade social. É um projeto que estabelece um teto de gastos para o Governo saudável, na medida em que ele prevê alguma poupança para garantir superávit das contas públicas, mas essa poupança será usada, obviamente, para amortizar a nossa dívida no longo prazo, torná-la mais saudável, mas fundamentalmente para garantir que haja investimento público em momentos em que a economia não crescer ou ficar retraída.

Ficaram fora desse teto, obviamente, políticas que estão botando dinheiro no bolso do povo brasileiro, como o reajuste do salário mínimo, o Bolsa Família e os investimentos no curto prazo. São 78 bilhões previstos já para este ano, o que é infinitamente maior do que se fez nesses últimos anos.

Pois bem! É um erro também achar que só essa medida vai dar a dinâmica da política, porque ontem o que ouvimos aqui em discursos da Direita radical e da extrema Esquerda é que esse era um projeto ruim; alguns diziam que tinha investimento e outros diziam que tinha arrocho.

Ora! Nesse cenário o que prevaleceu foi a política do razoável, do centro, que estudou, se debruçou e ofereceu para a Nação e para o mercado aquilo que é possível neste momento: um projeto racional, que garante esse investimento no curto e no longo prazo.

Vindo a proposta de onde vem, Sr. Presidente, da equipe do Ministro Fernando Haddad, fico muito tranquilo em saber que isso vai dar certo, porque, para além dessas medidas, nós temos adotado medidas importantes, que vão fazer

com que consigamos arrecadar e cumprir as metas estabelecidas por esse novo regime, como, por exemplo, o final da política de preços internacionais da PETROBRAS, que vai ajudar a controlar a nossa inflação e ajudar a botar mais dinheiro no bolso do trabalhador. A reforma tributária, que nós vamos apreciar aqui nas próximas semanas, vai ser fundamental, assim como, obviamente, o processo de reindustrialização do nosso País, conduzido pelo Presidente.

Isso tudo vai fazer com que possamos crescer, atingir as metas e oferecer política pública de inclusão para o conjunto da nossa população.

Muito obrigado.

Documento 21/21

84.2023	Sessão Ordinária - CD	24/05/2023-17:56
Publ.: DCD - 5/25/2023 -	Guilherme Boulos-PSOL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Necessidade de reformulação do Sistema Tributário Nacional. Apresentação, ao grupo de trabalho da reforma tributária, de proposta de cobrança do IPVA de embarcações e aeronaves, e de isenção da incidência do imposto sobre motocicletas utilizadas como ferramenta de trabalho.

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

A próxima matéria de grande relevância sobre a qual esta Casa vai se debruçar será a reforma tributária.

Eu quero falar o quanto é importante uma reforma tributária no Brasil, não só porque o nosso sistema de cobrança de impostos é complexo, cumulativo, por todos os problemas que a PEC 45 discute, que a PEC 110 discute, mas também porque o nosso sistema tributário é um dos mais desiguais do mundo. Quem tem mais, paga menos e quem tem menos, paga mais. Tributa-se excessivamente consumo e produção e tributa-se muito pouco altas rendas e patrimônios.

Eu acho que a maior expressão desse sistema tributário — por mais simples que seja — é o IPVA, que todos conhecem. Quem tem um carro velho, paga IPVA, Deputado Tarcísio. Quem tem uma moto, o motoboy, que trabalha levando comida para as pessoas, paga IPVA. Agora, quem tem um jatinho, um

iate, um helicóptero, não paga 1 real de IPVA.

É por isso que nós protocolamos hoje, no grupo de trabalho da reforma tributária, ao Coordenador Reginaldo Lopes e ao Relator Aguinaldo Ribeiro, uma proposta muito simples para ser incluída no relatório que nós vamos votar aqui em Plenário: a cobrança de IPVA de veículos aquáticos e aéreos, ou seja, iate, jatinho, helicóptero, e, ao mesmo tempo, a isenção de IPVA para motocicletas de pessoas que usam a moto como ferramenta de trabalho. Isso é um símbolo de justiça tributária. Motoboy não tem que pagar IPVA da sua moto, mas o dono do jatinho vai ter que pagar IPVA do seu jatinho bilionário.

Espero ter acolhida aqui entre Deputados e Deputadas para nós aprovarmos isso como parte do texto e como parte de uma reforma tributária que não só simplifica o nosso sistema de tributação, mas também faz uma tributação mais justa no País, com a classe média e os mais pobres pagando menos e os bilionários começando a pagar imposto.

Obrigado.
